

■ Por que a educação deve se interessar pela compreensão humana: Uma habilidade para o século XXI proposta pelo paradigma da complexidade

 Adriane Lorenzon *

Resumo: Este artigo de reflexão objetiva analisar as aprendizagens que o desenvolvimento da compreensão humana requer e examina por que deveria ser uma área de interesse nos contextos educativos. Elaborado como pesquisa documental, o texto incorporou em seu marco analítico Edgar Morin, autor que aborda, desde a década de 1990, a compreensão humana em perspectiva complexa – do latim, *complexus* quer dizer o que está tecido bem junto. A análise indica que entre as principais aprendizagens que favorecem o desenvolvimento e exercício da compreensão humana estão a reforma do pensamento, o autoconhecimento, o reconhecimento da condição humana, a empatia e a comunicação dialógica.

Palavras-chave: Compreensão Humana. Complexidade. Educação. Reforma do Pensamento. Dialogicidade.

* Adriane Lorenzon é graduada em jornalismo e pedagogia, especialista em pensamento complexo e transdisciplina (*Multiversidad Mundo Real Edgar Morin*), mestre em comunicação e cultura contemporânea (*Universidade de Brasília*) e doutoranda em pensamento complexo (*Multiversidad Mundo Real Edgar Morin, México*). Professora, palestrante e diretora do Instituto Educar-se. Contato: bienpensar21@gmail.com.

Introdução

As sociedades contemporâneas enfrentam um estado de crise que envolve diferentes dimensões, como, por exemplo: econômica, ambiental, de saúde, educacional, de violência, bem como a multiplicação de cenários de recrudescimento do fascismo e de polarização ideológica. Este último caso pode concentrar, de sua parte, tensões entre ideologias políticas, religiosas, correntes econômicas e projetos divergentes de sociedade. Também as novas tecnologias digitais criam condições sem precedentes de os meios de comunicação propagarem tais conflitos, originando então um paradoxo: em uma época em que as pessoas podem estar mais próximas umas das outras (na rapidez e sem a restrição da distância física), são igualmente abundantes a incompreensão, a indiferença, fenômenos de rejeição e humilhação do outro, a difusão de informação falsa (as tão propaladas *fake news* da atualidade) e a construção de redes e comunidades albergadas em causas normalmente consideradas antissociais (ideologias racistas, clasistas, hegemônicas, revisionistas, entre outros tipos).

Nesse contexto, torna-se imprescindível que a humanidade desenvolva habilidades e estratégias para reduzir ou solucionar os desafios de incomunicabilidade e convivência. Fanatismos, mal-entendidos, preconceitos étnicos, falta de diálogo, os novos/velhos extrativismos contra povos indígenas, polarizações: tudo isso justifica ter como prioridade e como objeto dos processos educativos o desenvolvimento da capacidade de dialogar para a convivência e o entendimento mútuo, os quais são as metas da *compreensão humana*.

A noção de *compreensão humana* (compreensão intersubjetiva ou compreensão complexa) é relativamente nova e foi sugerida pelo paradigma científico da complexidade. Morin (1999) a propôs dentro de um escopo de saberes que ele considerou necessários à “educação do futuro” e começou a apresentá-los em fóruns e congressos internacionais na década de 1990¹. Nas sociedades do século XXI, ainda é urgente desenvolver esta competência, já que continuam os desafios das relações interpessoais e para uma nova educação, capaz de gerenciar situações que vão desde o *bullying* escolar até dinâmicas de violência generalizada na comunidade. Estudiosos universitários² têm se dedicado à temática complexa entre educação e múltiplos desafios sociais, o que tem fornecido contribuições importantes para o paradigma da complexidade, para os novos modelos de educação e para projetos de gestão pacífica de conflitos, como é o caso da comunicação não violenta, processos circulares e práticas restaurativas. Isso indica que aprofundar o estudo e a teorização da *compreensão humana* é uma tarefa de interesse inclusive para tais linhas de investigação. Apesar disso, o número de

produções acadêmicas com este tema ainda é escasso, o que sugere o fomento e a oferta de abordagens, análises e pesquisas originais sobre a *compreensão humana* como categoria de estudo e conteúdo a ser incluído dentro das propostas pedagógicas que estão surgindo.

Considerando o exposto, o objetivo deste documento é *analisar as aprendizagens que requer o desenvolvimento da compreensão humana e proceder a uma reflexão sobre por que esta deveria ser uma área de interesse nos contextos educativos*. Para orientar o estudo, a pergunta detonadora que articula todas as seções do texto consiste em indagar *quais aprendizagens se necessita para o desenvolvimento da compreensão humana e por que são aprendizagens pertinentes para a educação contemporânea*. Ademais, buscou-se *examinar e identificar os obstáculos para o ensino e a aprendizagem da compreensão humana*.

Sobre a metodologia utilizada para alcançar esse propósito, foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de identificar o papel da *compreensão humana* no paradigma da complexidade tal como propõe Edgar Morin (1992; 1999; 2002; 2005; 2011; 2012; e MORIN, CIURANA e MOTTA 2002a). A escolha dessa perspectiva analítica se justifica devido ao fato que, como se detalha mais adiante, em sua obra Morin relaciona o desenvolvimento da *compreensão humana* à educação dos indivíduos em todos os níveis de sua formação, de modo que é no legado deste autor que se pode encontrar de maneira explícita o vínculo entre a *compreensão humana* e as reformas educativas necessárias para o século XXI.

O texto está dividido em quatro partes: i) os conceitos de *compreensão humana*, compreensão objetiva e subjetiva; ii) a reforma do pensamento e o pensar bem; iii) as aprendizagens básicas que geram a habilidade da *compreensão humana* a partir de uma perspectiva complexa; e iv) a ideia de ética subjacente à *compreensão humana*. Assim, se almeja oferecer fundamentos sobre aquilo que os processos educativos contemporâneos ganhariam ao integrar a *compreensão humana* dentro de seu horizonte de aprendizagens, com o fim de preparar as novas gerações para a cultura de paz, com uma gestão de conflitos pacífica e tolerante na diversidade social.

O que é a compreensão humana?

Para evitar confusão de ordem semântica, é pertinente entender inicialmente o que é o vocábulo *compreensão*. Este termo vem do latim *com-prehendere*: apreender em conjunto, entrelaçar texto e contexto, as partes e o todo. Comumente, o significado de *compreender* está ligado a uma ênfase cognitiva, mas, nas definições dos dicionários, além de ação e resultado de

entender um significado, *compreender* é a faculdade de penetrar as coisas. Por outra parte, tal palavra não é o mesmo que interpretar ou explicar. Morin (1999, tradução nossa) assegura que “a informação, se é bem transmitida e compreendida, implica inteligibilidade, primeira condição necessária para a compreensão, mas não o suficiente” (p. 47).

Quando à *compreensão* insere-se o adjetivo *humana*, se enfatiza um elemento intersubjetivo: referente à compreensão entre humanos, à capacidade de compreender não somente o que se diz, mas ao próprio interlocutor diante de nós. No documento que se pode considerar inaugural dos estudos da *compreensão humana* em perspectiva complexa, Morin (1999, tradução nossa) assinala que tal expressão é “ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana” (p. 53). Isto é, a compreensão entre pessoas é o veículo ou a metodologia para concretizar a comunicação. Entretanto, atua em conjunto com sua finalidade, pois se supõe que cristalice o esforço da humanidade frente às imprevisíveis inter-retroações cotidianas com outras pessoas. A comunicação interpessoal e a *compreensão humana* são concretizadas mediante um componente inter-relacional (estar junto a).

Salienta-se que a complexidade é o princípio que permite entrelaçar o paradoxal uno e múltiplo, texto e contexto, todo e partes, local e global, considerando multidimensionais indivíduos e realidade. Complexo então não é sinônimo de complicado. Do latim, *complexus* quer dizer o que está tecido bem junto (MORIN, 2011, p. 13). Conforme Morin (2011), as tramas da complexidade se cruzam no “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, aca- sos, que constituem nosso mundo fenomênico” (p. 13).

É por isso que na *compreensão humana* devem estar presentes a compreensão objetiva e a subjetiva para resultar em uma compreensão complexa. A compreensão subjetiva requer dos indivíduos que se reconheçam a si mesmos e aos demais como sujeitos humanos. Em outras palavras, “compreender inclui necessariamente um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão necessita abertura, simpatia, generosidade” (MORIN, 1999, p. 48, tradução nossa). Logo, a compreensão complexa ou *compreensão humana* (multidimensional por sua natureza) se constrói a partir da objetividade e da subjetividade. A esse respeito, Morin (2005) afirma que a compreensão entre pessoas, ou seja, a compreensão intersubjetiva ou *compreensão humana*,

(...) não reduz o outro a somente um dos seus traços, dos seus atos, mas tende a tomar em conjunto as diversas dimensões ou diversos aspectos da sua pessoa. Tende a inserir nos seus contextos e, nesse sentido, simultaneamente, a imaginar as fontes psíquicas e individuais dos atos e das ideias de um outro, suas

fontes culturais e sociais, suas condições históricas eventualmente perturbadas e perturbantes (MORIN, 2005, p. 112-113).

Ou seja, inserir a *compreensão humana* nos processos educativos é um meio de contribuir, recursivamente, à tarefa de apoiar o desenvolvimento dos novos sujeitos que o século XXI reclama. Cabe destacar que a aprendizagem para a compreensão com ênfase complexa, a *compreensão humana*, é possível a partir de diferentes âmbitos, modalidades e níveis da educação, seja em uma educação instituída ou em contextos não formais. O desenvolvimento, a educação e a aprendizagem da *compreensão humana* são, segundo Morin (1999, tradução nossa), a missão espiritual da educação (p. 47). Para ele, deveria ser possível “ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade” (p. 47). Então, se nos perguntamos quais condições são necessárias para esta classe pouco habitual de aprendizagem e ensino, o autor afirma que, dada “a importância da educação na compreensão em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita uma reforma planetária das mentalidades; essa deve ser a tarefa da educação do futuro” (MORIN, 1999, p. 53, tradução nossa). Explicar em que consiste a noção de reforma das mentes no contexto educativo é o objetivo da seção a seguir.

Reforma do pensamento: base do pensar bem e précondição para a educação para a compreensão humana

A reforma do pensamento ou das mentalidades é a estratégia que o paradigma da complexidade instiga para fomentar uma nova organização cognitivo-afetiva. Na literatura sobre complexidade é proposto que este processo teria por resultado o “pensar bem” – que não se trata em absoluto de forjar um bem-pensante, segundo Morin (1999, tradução nossa) – que se delineia ainda neste subtítulo. Entretanto, por que se sugere a reforma do pensamento? Em distintas partes de sua obra, Morin (1992, 1999, 2002) dialoga sobre a ciência clássica e a crise do paradigma cartesiano (que simplifica e reduz o conhecimento, modelando um sujeito que não reconhece que está influenciando naquilo que conhece, o que produz uma falsa ideia de certeza, completude, objetividade). Nesse debate, o autor trata da necessidade de uma nova mentalidade para uma nova ciência e, conseqüentemente, uma nova educação, sociedade e humanidade. Morin (2002, tradução nossa) afirma que esta reforma deve ser paradigmática, ou seja, sobre a organização do conhecimento (p. 21), sobre as várias maneiras de pensar.

Para reforçar a ideia de que a reforma do pensamento é imperativa, se evidencia aqui uma consequência

problemática do paradigma da objetividade, o paradigma científico e educativo clássico, que, segundo Morin (2002, tradução nossa), descansa na fragmentação dos saberes entre as disciplinas que se ensina (p. 115). A hiperespecialização do saber motiva no indivíduo uma incapacidade de conceber conjuntamente o global e o particular. Ao apoiar-se em generalizações e aspirar a conhecimentos universais, não se permite a contextualização dos elementos investigados, ensinados e aprendidos. Concomitante a isso, a ciência clássica tem concorrido para que muitos saberes sejam invisíveis, pois só considera válidos aqueles que passam pelo crivo da racionalidade objetiva e inequívoca – leia-se redutora, disjuntiva, simplificadora, na maioria das vezes. Portanto, as emoções, a espiritualidade, as artes, a contemplação, os conhecimentos dos povos originários, a poesia são saberes qualificados como menores ou sem seriedade para alcançar o nível de uma discussão científica. Assim, na atualidade, urge criar e exercitar um pensar que possibilite as conexões, o reconhecimento do contexto, do local e do global, as inúmeras dimensões da realidade e de cada sujeito em um todo que coexistem o um e o múltiplo, no qual não estão excluídas as vozes que propõem outras maneiras de ver o mundo e de aprender.

Dessa forma, a educação desempenha um papel indispensável no propósito de elevar cada indivíduo a uma nova categoria: a de chegar a ser *humano* (não no sentido de espécie, mas da consciência sobre as afetações que causamos naqueles que nos rodeiam e com uma abertura para aprender com eles). Não é que se pense que a educação transforma o mundo em um passe de mágica, mas, se parte do axioma de que a educação apoia as pessoas a efetuarem reflexões sobre o mundo que querem para si mesmas e para os demais. Assim, além da autoeducação do ser para as mudanças que a contemporaneidade impõe, é oportuno repensar as divisões entre as chamadas ciências duras e as humanas, separadas por compartimentos curriculares que não dialogam. Para Morin (2002, tradução nossa), uma nova mentalidade se constitui em “um processo contínuo, ao longo dos diversos níveis do ensino, nos quais deveria mobilizar-se a cultura científica e a cultura das humanidades” (p. 35).

Uma nova organização cognitivo-attitudinal é criada pela reforma do pensamento que torna possível o pensar bem: um pensamento e um agir mais interdependentes nas relações humanas. Tudo isso constitui a base da racionalidade complexa. Conforme Morin (1999, tradução nossa), habilidades como a *compreensão humana* são favorecidas pelo pensar bem, que, por sua vez, “(...) permite apreender em conjunto o texto e o contexto, o ser e seu entorno, o local e o global, o multidimensional, em resumo o complexo, ou seja as condições do comportamento humano” (MORIN,

1999, p. 51, tradução nossa). Essa nova organização mental que promove o pensar bem possibilita a cada um escolher uma postura empática e solidária, com base no bem comum.

Educar para o reconhecimento e a consciência da condição e complexidade humanas é um dever principal da educação que vislumbra Morin (1999, p. 21, tradução nossa). Para o autor, os novos sujeitos da educação “devem reconhecer-se em sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo o que é humano” (MORIN, 1999, p. 21). Quer dizer, reconhecer a condição humana é identificar aquilo que é comum a todos, mas também perceber “a rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas” (MORIN, 1999, p. 28, tradução nossa). Reconhecer os outros e seu entorno assim é o que se considera um insumo relevante na criação da nova cultura para administrar conflitos e evitar a polarização social. Tal entendimento também se encontra em outros autores. Nas palavras de Montaigne (apud CIURANA, 2012), cada um “leva em si mesmo a forma inteira da condição humana. Civilização e barbárie, criação e destruição, humanismo e desprezo do humano” (p. 87). Isto é, somos todos um pouco contraditórios, com elementos antagônicos em nós mesmos. Reconhecer isso nas próprias experiências pode favorecer a tarefa de deixar de perceber os “outros” – os membros de grupos diferentes ao nosso – como fontes únicas dos problemas sociais.

Insistir na importância de uma convivência empática e respeitosa é relevante como resposta a que, no século XXI, a humanidade tem dado mostras de desconfiar de que existem benefícios no exercício da compreensão entre as pessoas – principalmente se organismos internacionais e organizações locais mantiverem em sua agenda a promoção da convivência pacífica. É justamente a esses esforços que se pode colaborar com novas ideias sobre como levar a compreensão mútua a uma prática possível. Nessa lógica, desenvolver a habilidade de *aprender e apreender a compreender*, a partir do pensar bem, configura-se como ação e postura própria deste tempo. É por isso que à educação se dá o papel, obviamente não exclusivo, de ajudar a impulsionar a transformação do mundo, junto a cada indivíduo, fomentando uma mentalidade capaz de fazer as ligações entre o todo e as partes dos problemas sociais, em dialogicidade com as pessoas que dão vida a esses fenômenos, e, conseqüentemente, formando sociedades cada vez mais dialógicas, compreensivas, generosas, lúcidas, inclusivas, responsáveis.

A propósito, a *compreensão humana*, como meio e finalidade da educação, deve começar por reformas estruturais nas instituições, como propõem Morin, Ciurana e Motta (2002a, tradução nossa). Os autores

sugerem que nos contextos educativos se deve agregar um tipo de educação que o argentino Ernesto Sábato denominou “mundologia da vida cotidiana” (p. 88). Trata-se da formação de indivíduos “mundólogos” que não de gerar em si mesmos uma nova civilidade, com um novo modo de pensar, o qual lhes faria capazes de identificar os problemas prioritários e globais das sociedades, e lhes deixaria em condições de buscar soluções para os desafios coletivos. Por este potencial transformador, Morin (2002, tradução nossa) interpreta que reformar as mentalidades é reformar o ensino (p. 21). Isto é, simultaneamente e em recursividade, uma reforma conduz a outra, forjando uma transformação análoga, como nomina Morin (2012, p. 43), a uma “metamorfose civilizacional” que, por sua vez, a partir de um saber conviver, incentiva um novo humanismo.

Portanto, desenvolver e exercitar a educação para a *compreensão humana* é dar ênfase à ética da compreensão entre pessoas, como se examina mais à frente. Nesse decurso, os principais sujeitos dos processos educativos, educador e educando, devem se reconhecer mutuamente na relação complexa que envolve a relação trinitária de cada um: como indivíduo, espécie e sociedade. Nesse sentido, segundo Morin (2012, p. 40), esta é uma tarefa que implica a ética pessoal (de si mesmo e dos outros); a ética civil (o dever de ajudar os outros); e a ética humana planetária (porque vivemos em uma comunidade-mundo). É neste ponto, a partir de uma ética solidária e responsável, quando se busca um novo contrato de convivência e compreensão do outro, em toda sua multidimensionalidade, que se impõe como primordial repensar a educação.

Considerando as conexões entre educação e os novos jeitos de conviver exigidos na contemporaneidade, educar para a *compreensão humana* não é o mesmo que depositar um peso nos ombros dos professores. Compreender o propósito da educação que se oferece ao mundo é *aprender e apreender a compreender*, como requisito prévio a arrogar-se o papel de educar para o desenvolvimento e exercício de virtudes ou habilidades demandadas hoje. Além daquilo que a educação tradicionalmente tem enfatizado (a compreensão exclusivamente cognitiva), agora é tempo de educar para a compreensão intersubjetiva, a partir das próprias experiências dos educadores. Isso pode efetuar-se por meio de reflexões, leituras, das artes, em diversas interações sociais, buscando a reforma das mentalidades que propõe Edgar Morin. Como já se enfatizou aqui, reformar o pensamento anda junto com a reforma da educação. Não há como atender as demandas sociais do século XXI, a partir da educação, se as instituições educativas não realizam mudanças urgentes em áreas como a formação dos estudantes em um pensamento disjuntivo, simplificador e redutor. Contrariamente a

essas tendências, em seguida se problematiza as aprendizagens e saberes que, a partir do paradigma da complexidade, se estima que impulsionariam a *compreensão humana* ou complexa.

Aprendizagens básicas para o desenvolvimento da compreensão humana

Tem-se visto que o pensar bem (a partir da nova organização cognitivo-attitudinal) e o reconhecimento da condição e da complexidade humanas são a base para desenvolver as habilidades que o século XXI exige, como é o caso da *compreensão humana*. Então surgem outros aspectos identificados como aprendizagens básicas neste inventário de como está conformada a educação para a compreensão entre pessoas: i) a empatia ou a disposição subjetiva em relação aos demais; ii) autoconhecimento, introspecção e reflexão; e iii) comunicação, diálogo e escutatória.

No primeiro item, se pode afirmar que, em geral, a empatia é a qualidade mais necessária e divulgada atualmente. Trata-se de uma abertura aos outros, ao diferente de si mesmo, ou seja, é a disposição subjetiva em relação ao outro, que pode estar distante fisicamente ou longe em termos de relacionamento. Para fazer germinar uma convivência pacífica, é vital esta abertura ao outro, fazendo um esforço para colocar-se no lugar dele. Isso é o que os especialistas chamam empatia cognitiva, aquela que passa pela mente, pelo senso crítico, pelo exercício da tolerância e respeito. Para forjá-la, cada pessoa deve se propor a desenvolver, exercitar e praticar a capacidade de compreender o outro, seus sentimentos, perspectivas, culturas. A empatia não nasce da casualidade, mas de uma decisão individual.

Em contrapartida, o segundo elemento identificado, autoconhecimento, introspecção e reflexão, não efetiva diretamente nada mais em relação ao outro. O que se pede é um entendimento transparente e honesto acerca de si mesmo. Do que se trata aqui é de um tipo de autoconhecimento que não busca a extinção ou controle dos desafios, mudanças e limites de cada um. O propósito é gerenciar esses traços particulares junto a outros indivíduos. Morin (1999, tradução nossa) já disse que “a incompreensão de si mesmo é uma fonte muito importante da incompreensão dos demais” (MORIN, 1999, p. 49, tradução nossa). Nesse sentido, quanto mais alguém falha em se observar intimamente (seus paradigmas, suas dores, limitações, os vieses ideológicos e *imprintings* culturais), menos se conhece e possivelmente mais terá dificuldade em compreender o outro. Alguém que compreende o próximo empaticamente é quem já consegue fazer esforços para meditar sobre os próprios egocentrismos, alienações, preconceitos, incapacidade de autocriticar-se ou, ao menos,

começa a promover reflexões sobre tudo isso. É aí que a introspecção faz parte do processo de autoconhecimento e de educação em novas habilidades para os desafios da sociedade contemporânea.

Segundo Morin (1999, tradução nossa), “a prática mental do autoexame permanente de si mesmo é necessária, uma vez que a compreensão de nossas debilidades ou faltas é a via para a compreensão das demais” (p. 51). Compreender as insuficiências, debilidades, falibilidades e fragilidades de si mesmo leva a descobrir a indulgência – outra capacidade da educação contemporânea que não se pode prescindir. O autoexame, que é uma mistura de introspecção, autocrítica e reflexão, permite que os indivíduos deixem de ser juízes ou algozes morais dos outros. Morin (1999, tradução nossa) destaca que “o autoexame crítico nos permite descentralizar relativamente de nós mesmos e, por conseguinte, reconhecer e julgar nosso egocentrismo” (p. 51).

Como se tem insistido, o autoconhecimento é um processo que implica auto-observação, autoanálise, autocrítica e o autoajuste (do qual decorre a autotransformação). O autoconhecimento estimula o pensar bem porque fomenta a aquisição ou o exercício de construir, ampliar ou aprofundar o discernimento. Assim, o autoconhecimento, a introspecção e a reflexão auxiliam no exercício da compreensão entre pessoas, seja nas transformações individuais de conceitos, atitudes e modos de pensar, seja na busca de soluções para os desafios coletivos, com autonomia e cooperação. Nas inter-retroações dialógicas e respeitadas se estabelece um fio complexo que permite compreender os demais.

O terceiro elemento, composto pela comunicação, o diálogo e a escutatória, é fundamental para o desenvolvimento e exercício da *compreensão humana*. Em suma, a comunicação contemporânea já é, em parte, dialógica, pois os interlocutores não estão estáticos em seus papéis, como se supunha na comunicação clássica, na qual alguém somente falava e outrem escutava. Em uma forma contemporânea de estudar esse fenômeno, agora se dá prioridade à escuta ativa do outro, entendendo-se que não há um interlocutor passivo. Hoje se reafirma por distintas vozes que a comunicação entre pessoas deve ser construída por indivíduos que saibam ou queiram aprender a dialogar e a escutar. Se a escuta e o diálogo não existem, não há possibilidade de dirimir conflitos e forjar a tolerância e o respeito à diferença.

Nessa perspectiva, sobre essas duas ações tornadas uma só, o termo “escutatória”, cunhado pelo educador Rubem Alves (1999, p. 65), parece ser uma metodologia viável para uma melhor convivência. Semelhante à oratória, que é a arte de falar com eloquência, a escutatória significa saber escutar, exercitando uma escuta ativa e empática. Para Alves (1999), “nossa incapacidade de

ouvir é a manifestação mais constante e sutil da nossa arrogância e vaidade” (p. 67). Daí que para haver *compreensão humana* é necessário que nos habilitemos a escutar o outro. Para isso, em comum com a empatia, desnudar-se das certezas e escutar o outro ativamente a partir do prisma do outro parece ser uma escolha mais assertiva nessa relação. Quer dizer, baseando-se nos vieses dele ou dela, suas ideologias, dúvidas, certezas, capacidades, limitações, dificuldades, entre outros aspectos singulares.

A ética subjacente à compreensão humana

A compreensão entre pessoas colabora no exercício da comunicação dialógica, tornando possível o surgimento de uma nova convivência. Em pleno século XXI, a *compreensão humana* é um expediente propício para desenvolver a capacidade de raciocínio lúcido, empático, responsável, forjando que o espírito redutor dê espaço a um novo modo de inter-relacionar-se, dialogar, tolerar, respeitar, cooperar, conviver. Um novo estar aí: em que se valoriza a solidariedade moral e intelectual entre as pessoas, para poder então construir outro mundo possível.

A propósito, segundo Morin (1999, tradução nossa), a ética subjacente à *compreensão humana* implica que se busque compreender desinteressadamente (p. 50). Inclusive aqueles que cometem crimes, que são rejeitados pela sociedade ou que têm preconceitos contra nós. Compreender o outro na perspectiva complexa exige, como condição *sine qua non*, reconhecer e compreender a incompreensão. “Como assim”, perguntaria alguém indignado ante tais ideias. Afinal de contas, na cultura ocidental não é comum compreender o diferente, e, sim, anatematizar àqueles que parecem contrários a nós. Entretanto, para Morin (1999, tradução nossa), “se sabemos compreender antes de condenar estaremos na via da humanização das relações humanas” (p. 50).

Nessa reflexão, Morin (1999, tradução nossa) aponta os vários obstáculos exteriores à compreensão objetiva. Entre eles, as polissemias dos termos, o desconhecimento sobre a cultura do outro (os ritos, valores, costumes), os ruídos da comunicação, e, sobretudo, compreender outra estrutura mental em relação com a nossa (p. 48). Os empecilhos relacionados estreitamente com a falta de compreensão objetiva e subjetiva, além da dolorosa indiferença, são o egocentrismo, o etnocentrismo, o sociocentrismo, que têm em comum a necessidade de o indivíduo colocar-se no centro do mundo, considerando secundário o que lhe é estranho (MORIN, 1999, p. 48-49, tradução nossa). Por isso, é muito comum que a primeira reação das pessoas à novidade ou ao diferente seja a rejeição ou o medo.

Outra característica evidente nas relações interpessoais nas quais falha a *compreensão humana* é a *self-deception*: uma mistura de mentira, traição de si mesmo, justificativa das próprias ações. Como forma de vitimização, ela é “gerada pela autojustificativa, a autoglorificação e a tendência a atribuir aos outros, estranhos ou não, a causa de todos os males” (MORIN, 1999, p. 49, tradução nossa). Conforme o autor, a *self-deception* “nos conduz a perceber, de maneira pejorativa, as palavras ou atos dos demais, a selecionar o que é desfavorável, a eliminar o que é favorável, a selecionar nossas lembranças gratificantes, a eliminar ou transformar as desonrosas” (MORIN, 1999, p. 48-49, tradução nossa). São desafios imperativos para resolver e avançar rumo à compreensão de si mesmo e dos outros, buscando soluções para os conflitos do conviver humano.

Estudar a ética da compreensão intersubjetiva implica ir além da indiferença reinante, da hipocrisia nas relações, de pontes intransitáveis ainda que tenhamos tantos aparatos de comunicação. Ao compreender o fanático, por exemplo, diz Morin (2005), passamos a “compreender as raízes, as formas e as manifestações do fanatismo humano” (p. 121). Igualmente ocorre com todos os assuntos e áreas indigestas das inter-relações (especialmente os diferentes tópicos da polarização ideológica, bem como particularidades dos indivíduos). Na ética da *compreensão humana*, como assinala Morin (2005), “quem compreende está em dissimetria total com quem não pode ou não quer compreender [...]” (p. 121). Nessa perspectiva, compreender o outro é tarefa daqueles que buscam se educar, sem prescindir dos demais, para a racionalidade lúcida, a compreensão objetiva e subjetiva dos condicionantes culturais, os paradigmas que regem o mundo. Por isso o processo de autoconhecimento, junto ao pensar bem e o desenvolvimento da consciência crítica, são pilares para a autoeducação do ser.

Para finalizar, sem evidentemente encerrar a reflexão, Morin (2005) se adianta e assegura tanto aos corações endurecidos quanto aos esperançados que, na dúvida, a decisão é certa: “Sempre se deve salvar a compreensão, pois somente ela nos faz seres lúcidos e éticos” (MORIN, 2005, p. 122). Em síntese, é preciso tornar complexo nosso modo de pensar e nos compreendermos mutuamente. Aí se encontra dois elementos das aprendizagens que o século XXI nos ensina atuando em antagonismo e complementariedade. Um é a indiferença, e o outro, que o pensar bem favorece, é a lucidez. A indiferença mostra o caminho que ainda falta luz. A lucidez é o raio luminoso que possibilita à *compreensão humana* constituir-se, permitindo ao sujeito discernir que “compreender não é inocentar nem se abster de julgar e de agir, mas reconhecer que os autores de infâmias ou de faltas também são seres

humanos” (MORIN, 2005, p. 121). Isso é algo simples: o que não se quer para si, não se faz ao outro. Este recurso de entendimento é apenas um dos muitos que ilustram as situações vividas nas relações cotidianas, e que, a depender do discernimento e da postura dos interlocutores, sustentam diálogos respeitosos, compreensões mútuas ou múltiplas incompreensões. Assim se ajusta mais facilmente o desafio humano por excelência e que é de todos: fazer nascer uma nova humanidade para um novo tempo, no qual a *compreensão humana* exerça um papel central para evitar ou dirimir conflitos ou ainda geri-los pacificamente.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi o de propor uma reflexão sobre as aprendizagens para o desenvolvimento da *compreensão humana* na contemporaneidade, a partir de uma perspectiva complexa. Para alcançar este propósito, buscou-se explorar quais aprendizagens são necessárias para o desenvolvimento da *compreensão humana* no século XXI. Além disso, no decorrer do estudo, foram examinados os obstáculos à compreensão intersubjetiva.

A análise aponta as principais aprendizagens para desenvolver a habilidade da *compreensão humana*, com uma base formada por: i) a reforma do pensamento, que por sua vez gera outra experiência que é o pensar bem, a partir de uma nova organização cognitivo-attitudinal (trata-se de um tripé recursivo que ao mesmo tempo produz e é produzido); ii) o reconhecimento da condição e da complexidade humanas, que permite reconhecer a humanidade comum a todos e a sua diversidade. Nesse sentido, surgiram outros elementos que se somam a tal propósito: iii) a empatia ou a abertura subjetiva aos outros; iv) o autoconhecimento, a introspecção e a reflexão; e v) a comunicação, o diálogo e a escutatória. Ademais, foram assinaladas como potenciais aprendizagens o respeito, a tolerância e a indulgência. Entende-se que, a princípio, a lista aqui apresentada serve para repensar as relações humanas, especialmente um conviver a partir de uma perspectiva complexa, que entrelaça o uno e o múltiplo, o todo e as partes, o local e o global, em uma multidimensionalidade de indivíduo e realidade. Assim, para desenvolver, exercitar e praticar diariamente a *compreensão humana*, o princípio básico é fomentar e realizar uma reforma na maneira de pensar, para que se faça possível um agir mais solidário.

Em momentos investigativos futuros (como a tese doutoral da qual deriva o presente texto), se teria mais oportunidades para analisar a prática da *compreensão humana* em contextos educativos, como, por exemplo, ao planejar um programa curricular para a implantação

do estudo sobre a *compreensão* humana nas universidades. Oportunamente, se poderia pesquisar sobre os sujeitos desses espaços universitários, como lidam com a temática da compreensão mútua, como se desenvolvem seus intercâmbios, dificuldades, aprendizados, conflitos, desafios. As implicações de novas pesquisas sobre *compreensão humana* em perspectiva complexa poderiam assegurar a promoção do diálogo, da prospecção de saberes considerados invisíveis na sociedade, gerando reflexões, reformas no modo de pensar, promovendo novas relações para o novo mundo que a contemporaneidade exige e preparando as gerações para administrar conflitos de maneira pacífica.

Portanto, as reflexões deste artigo representam um esforço de repensar a contemporaneidade, com suas circunstâncias que mudam constantemente devido à crise sem precedentes que vivemos, a partir de estratégias complexas que se propõem examinar as interações humanas. Aqui se reconhece uma realidade que é multidimensional e que exige sujeitos cada vez mais solidários, compreensivos, tolerantes, críticos, inclusivos, éticos. O desenvolvimento da habilidade da *compreensão humana* ajuda a construir o século XXI e o devir com mais empatia, dialogicidade, afeto, indulgência e responsabilidade para relações mais respeitadas e pacíficas. Desta forma, a *compreensão humana* é um desafio decisivo a ser enfrentado por todos. ■

Notas

¹ Segundo Morin (1999), os sete saberes necessários à educação do futuro são: i) as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; ii) os princípios de um conhecimento pertinente; iii) ensinar a condição humana; iv) ensinar a identidade terrenal; v) enfrentar as incertezas; vi) ensinar a compreensão; e vii) a ética do gênero humano. Mais recentemente foi lançada no México a obra que deu à luz o oitavo saber considerado fundamental por Morin, o tempo histórico (MORIN, GÓMEZ e DÍAZ, 2018).

² Como, por exemplo, os estudos de Freitas e Volpato (2015) e de Loiaza, Bejarano e Arcila (2012).

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. Escutatória. In: **O amor que acende a lua**. São Paulo: Papirus, 1999.
- CIURANA, Emilio. Pensar os sete saberes necessários à educação para uma política de civilização na era planetária. In: MORAES, Maria Cândida; ALMEIDA, Maria da Conceição de (Org.). **Os sete saberes necessários à educação do presente**: por uma educação transformadora. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- FREITAS, Flaviane; VOLPATO, Rosangela. A compreensão complexa: necessidades e possibilidades na educação. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015;
- LOAIZA, Ana Ceballos; BEJARANO, Juliana Palomar; ARCILA, Sandra Posada. Una apuesta por la comprensión humana en nuestros contextos educativos. Orientadora: NOREÑA, Cielo Muñoz. 120 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Manizales, 2012.
- MORIN, Edgar. **El método 4**: las ideas. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.
- _____. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Tradução de Mercedes Vallejo-Gómez. Paris: Unesco, 1999.
- _____. **La cabeza bien puesta**: repensar la reforma, reformar el pensamiento. Bases para una reforma educativa. Tradução de Paula Mahler. 5 reimp. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.
- _____; CIURANA, Emilio; MOTTA, Raúl. **Educar en la era planetaria**: el pensamiento complejo como método de aprendizaje en el error y la incertidumbre humana. Série Filosofía, n. 16, Valladolid: Unesco, Universidad de Valladolid, 2002a.
- _____. **O método 6**: ética. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- _____. Pensar os sete saberes necessários à educação para uma política de civilização na era planetária. In: MORAES, Maria Cândida; ALMEIDA, Maria da Conceição de (Org.). **Os sete saberes necessários à educação do presente**: por uma educação transformadora. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- _____; GÓMEZ, Eduardo Domínguez; DÍAZ, Carlos Delgado (Org.). **El octavo saber**: diálogo con Edgar Morin. Ciudad de México: Multiversidad Mundo Real Edgar Morin, 2018.